

A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Cristileine Ferreira de Oliveira Florêncio¹
Isabela Prado Dellacrucci¹
Silmara Quitnana²

¹ Assistentes Sociais, formadas pelo Curso de Serviço Social, UNIP Campinas.

² Assistente Social, Coordenadora e Professora Orientadora do Curso de Serviço Social da UNIP Campinas, e tutora no UNISEPE/UNIFIA.

RESUMO

O presente artigo intitulado “A Contribuição do Serviço Social na Implementação de Políticas Públicas para Pessoa em Situação de Rua”, com o objetivo de compreender a dimensão ético-política do Serviço Social diante dos avanços e retrocessos das políticas públicas para o segmento da população em situação de rua no município de Campinas. O locus da pesquisa, foi a Instituição Admir Fernando, no município de Campinas/SP, com base nas informações de 2016 e 2017. A pesquisa bibliográfica se fundamentou na Política Nacional para a População em Situação de Rua, e autores sobre Pessoa em Situação de Rua. Os procedimentos de levantamento de dados e estudo de caso foram obtidos na Instituição Admir Fernando, para tal foi utilizado o método dialético. Verificou-se as militâncias da população em situação em rua, as lutas e enfrentamentos do serviço social para a garantia de direito desse segmento populacional.

Palavras chaves: População em Situação de Rua, Serviço Social, Política Nacional para a População em Situação de Rua, Instituição Admir Fernando.

ABSTRACT

This article is entitled "The Contribution of Social Service to the Implementation of Public Policy for Street Person", in order to understand the ethical-political dimension of Social Work in the face of the advances and setbacks of public policies for the segment of the population in the city of Campinas. The locus of the research was the Admir Fernando Institution, in the city of Campinas / SP, based on information from 2016 and 2017. The bibliographical research was based on the National Policy for Population in Situation of Street, and authors on Person in Situation of Street. The procedures of data collection and case study were obtained at the Admir Fernando Institution, for this the dialectical method was used. It was verified the militants of the population in situation in street, the struggles and confrontations of the social service to guarantee the right of this population segment.

Keywords: Population in street situation, social Work, National Policy for Population in Situation of Street, Admir Fernando.

Apresentação

Este artigo foi elaborado a partir do TCC de nome análogo. A população em situação de rua se configura por um grupo bastante heterogêneo e flutuante, que por diversas razões fazem da rua seu local de moradia, estão na maioria das vezes à margem da sociedade, esquecidos, até parece que se tornaram invisíveis aos olhos da sociedade.

A pesquisa aqui apresentada tem como finalidade conhecer esse universo, quem é essa população, de onde vieram, qual história de vida trazem consigo, a fim de mensurá-los, e compreender a efetividade da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, no município de Campinas/SP, tendo como campo de pesquisa usuários e assistente social da instituição Admir Fernando, organização da Sociedade Civil.

A metodologia a ser utilizada será a dialética, pesquisa empírica analítica com abordagem quantiquantitativa, sendo utilizados os objetivos explicativo, exploratório e descritivo, procedimentos de pesquisa levantamento de dados, estudo de caso e instrumentos questionários com perguntas abertas e fechadas.

DESENVOLVIMENTO

1. As Diretrizes e Proteção para com Pessoas em Situação de Rua

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de rua criada em Maio de 2008 prevê quanto à orientação e execução de políticas públicas que contemplam a esse segmento da população brasileira, além de organizar as informações e garantir os padrões básicos de dignidade e segurança, desta forma assegurando a essa população o seu direito a cidadania e proteção social¹.

A proteção social se dá por meio da estruturação da rede para a acolhida garantindo um sistema de atendimento que assegure o cuidado efetivo para a população em situação de rua, de forma a se saber onde estão, qual é a demanda que trazem consigo, para que assim se possa garantir alguns de seus direitos, tais como a inclusão em programas sociais do governo Federal de transferência de renda, o direito a alimentação, direito a ter um local seguro que se possa cuidar da higiene, isso só será possível se os locais de atendimento tiverem condições e infra estrutura para efetivar tais demandas.

O Estado tem como dever assegurar também a essa população que acesse a proteção dos direitos humanos, seja pela formação da força policial, ou pelo fortalecimento de canais de denúncia e ouvidoria, com vistas a que muitas vezes a população em situação de rua tem seus direitos violados, são vítimas de atos extremamente violentos sendo esses cometidos pela sociedade, que muitas vezes cometem o grave erro de estigmatizar socialmente essas pessoas pela situação de vida na qual se encontram.

(...) pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas.

Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase existência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (BRASIL apud, SILVA, 2008, p.4).

Quando se fala em onde a população em situação de rua deverá ficar a política é muito clara, pois menciona a criação de alternativas de moradia para a população em situação de rua, e sendo essa inserida em programas habitacionais de interesse social e a disponibilização de imóveis vazios em centros urbanos, por meio

¹ Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua

da articulação entre as esferas de governo para viabilização de projetos de moradia para a população em situação de rua.

No entanto o que se observa é a não execução de ações que estão previstas na política, o que podemos notar ao percorrer os centros urbanos, onde se encontra aglomeração de pessoas em situação de rua, em locais públicos sendo esses adultos, idosos e crianças sem terem os cuidados essenciais para sua dignidade, demonstrando o agravamento das mazelas da questão social.

2. Conhecendo um Pouco mais sobre a População em Situação de Rua

Quem são essas pessoas, qual sua história de vida, estar na rua foi uma simples escolha, ou foram circunstância da vida e do mundo moderno e capitalista a qual somos submetidos todos os dias a desafiar? São questionamentos que fazemos constantemente e para que possamos compreender o que acontece, e de que maneira tal fato ocorre na vida das pessoas que estão fazendo da rua como o seu local de morada.

Quando nos deparamos com uma pessoa nessa condição de vida, é possível mensurar que o vínculo de pertencimento está fragilizado ou foi rompido, são mulheres e homens, que por sua vez são representados significativamente em maior quantidade, já foram em algum momento de suas vidas trabalhadores, são pais, mães, filhos, pessoas que em determinado momento da vida, por algum desentendimento familiar, por dependência de substâncias psicoativas, até mesmo pessoas com algum comprometimento na área da saúde mental.

Em algumas situações são pessoas vindas de outros Estados, que acreditavam na possibilidade de conquistar uma oportunidade de trabalho; por conflitos familiares, muitas vezes associados a algum tipo de dependência às substâncias psicoativas, para que a família tenha rejeitado a convivência e excluído do ambiente familiar, “carregam um conteúdo afetivo, esse tema traz à tona rupturas, decepções, sentimento de abandono” (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p.89).

À medida que chegam às ruas não assumem de imediato estar nas ruas declaram estar desempregados, à medida que o tempo vai passando essas pessoas vão perdendo a expectativa de novas oportunidades, e assumem seu pertencimento aos logradouros públicos, onde muitas vezes fazem uso de substâncias psicoativas, se prostituem, entre outros, para sobreviver na invisibilidade social.

A população em situação de rua faz parte, de forma crescente, do cenário das grandes cidades do mundo. Trata-se de um segmento social que, sem trabalho e sem casa, utiliza a rua como espaço de sobrevivência e moradia (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p.47).

Ao se reconhecer como pessoa que vive na rua passa a recorrer a instituições públicas a procura por alimentos, banho, vestuário e um local seguro para dormir. De acordo com a demanda se organizam as instituições de atendimento para esse segmento, com a oferta de acolhimento temporário.

É importante destacar que nem sempre existe o espaço devido para acolhimento de todos, tendo em vista que acolhimentos normalmente trabalham com uma demanda bastante significativa a sua procura, quando relatam a necessidade em se abrigar justificam pelo fato de buscarem segurança para dormir, e também pelo fato de desejar o mínimo conforto para dormir - sem frio.

Mas, existe pessoa em situação de rua que se opõem a institucionalização, preferem dormir na rua sempre em grupos para inibir a violência urbana impetrada contra ele (s), e afirmam gostar de ficar na rua pelo fato de que em instituições existem regras de horário, e não é permitido fazer uso de qualquer tipo de SPA.

Desprovido de casa, de trabalho regular, na maioria das vezes de família, enfim, dos signos usuais nos quais ele possa ver-se retratado e que revelem sua identidade, o

homem de rua concentra sua expressão no corpo. Geralmente carrega consigo numa sacola seus pertences, que se resumem a algumas roupas, objetos de uso pessoal e uma garrafa de pinga. Só ou com companheiros ocasionais, ele anda pelas ruas carregando seu mundo nas costas (VIEIRA, BEZERRA, ROSA, 1992, p.99).

Normalmente essa população busca trabalho eventual para aferir recursos mínimos, em geral como coletores de reciclagem e cuidadores de carros estacionados.

É muito claro o quanto a Política Pública para a Pessoa em Situação de Rua é frágil, de modo que essas pessoas têm constantemente os seus direitos violados por parte do Estado, sendo necessário serviços que sejam realmente eficazes e que sejam executados em sua plenitude, e mais que isso, é preciso que se tenha vontade política de fazer um bom trabalho acontecer.

3. O Enfrentamento do Serviço Social Mediante A Política Pública

Ao falar do enfrentamento do serviço social mediante a política pública para pessoa em situação de rua deve-se ter em mente que “O trabalho do/a assistente social na sociedade capitalista... constitui uma mediação fundamental na garantia de acesso aos direitos (BOSCHETTI, 2011, p.13)” e compreender a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o contexto histórico que permeia.

Um dos maiores avanços da Política de Assistência Social foi sua inserção na tríade da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988 – CF88,

(...)fez ultrapassar o condicionamento histórico da Assistência Social como medida tuteladora e discutir sua possibilidade de alçar o disposto constitucional que a estabelece como dever de Estado no campo da seguridade social e direito de cidadania (SPOSATI, 2011, p. 32).

Com a inserção na Seguridade Social, a Política de Assistência Social se movimenta no sentido de regulamentar este direito, estabelecido que o Estado o garanta, mas ainda com diversos conceitos equivocados e com uma longa jornada de transformação pela frente. Tendo a ciência de que é uma política social com limites, entretanto dentro destes limites há muito por se consolidar, romper, reconstruir.

(...) Alcançar o patamar de política pública no exercício profissional exige ir além do que é próprio/ específico á profissão; É preciso alcançar o domínio, o desempenho dos elementos que compõem a condição de agente público republicano. A dimensão republicana. A dimensão republicana exige a direção da ação profissional voltada para a totalidade, a isonomia de trato entre os demandantes e a ruptura com as regulações ad-hoc, caso a caso, típicas do clientelismo e mesmo da tecnocracia (...) (SPOSATI, 2011, p. 38-39).

Considerando fundamental desmistificar e esclarecer os conceitos de Serviço Social, Assistente Social e Assistência Social caracterizando como a mesma coisa, sendo que Serviço Social é a profissão, Assistente Social o profissional e a Assistência Social a política tendo essa o papel fundamental na Seguridade Social, na garantia de direitos e proteção social para os cidadãos, outro conceito a ser superado e avançado é que a Assistência Social tem por objeto de trabalho com o pobre ou a pobreza e como relata Sposati (2011), este equívoco é para além do assistencialismo, mas sim a banalização da política, reduzindo acesso á proteção social, não fundado no

direito a cidadania. *“De saída definir como objeto de Assistência social a pobreza, seria construir uma política sem resultados alcançáveis, já que ela em si não dá conta de superar/erradicar a pobreza”* (SPOSATI, 2011 p.42)

Nesse sentido o/a assistente social que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social geradas pelo capitalismo através do acúmulo de capital para uma minoria da população, sendo uma luta de classes onde os próprios executores fazem parte da classe trabalhadora, um campo de trabalho árduo para os profissionais de Serviço Social, mas por isso há um “(...) projeto ético-político que orienta o/a profissional em defesa dos direitos humanos, direitos sociais, bem como da sociabilidade baseada em valores emancipatórios e na socialização das riquezas(...)” (SPOSATI, 2011 p. 43”).

Decorrido sobre a política de Assistência Social, para prosseguir precisamos compreender o contexto sócio histórico e político que se encontra o lócus da pesquisa. O Brasil está em um sistema capitalista caminhando a passos largos para o projeto neoliberal, que dificulta o universalismo e privilegia ações fragmentadas de benemerência, subsidiada pelo conservadorismo desde o Brasil colônia, abrindo um novo horizonte com a vinculação a Assistência Social como parte da Seguridade Social à qual há muita resistência e é a política mais frágil dentre as demais: previdência social e a saúde.

(...) a seguridade social é um campo de lutas que requer rigorosa análise crítica de correlação de forças entre classes segmentos de classes o que força a construção de posições que se contraponham às reações das elites político-econômicas do país (...) (SPOSATI, 2011 p.48).

Permeado por este contexto o trabalho do profissional de serviço social visando à garantia de direitos e emancipação exige um conhecimento amplo das dimensões teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, uma perspectiva crítica ao fazer da profissão.

O trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social é, indiscutivelmente, peça importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão. Portanto, o enfrentamento dos desafios nesta área torna-se uma questão fundamental para a legitimidade ética, teórica e técnica da profissão (MIOTO e NOGUEIRA, 2013, p. 65)

O profissional de serviço social se depara com duas questões: a autonomia e a especificidade profissional, onde a autonomia profissional é relativa devido à condição do assistente social como trabalhador assalariado e tal condição impõem limites à condução de seu trabalho. “Ou seja, tal autonomia pode ser dilatada ou comprimida, dependendo das bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo profissional nas suas ações” (IAMAMOTO, 2007, p. 9).

Enfim, o objeto de intervenção profissional se concretiza nas execuções das políticas públicas vigentes e se particulariza com o espaço sócio ocupacional.

Tal particularização torna-se fundamental para que ele possa visualizar e se posicionar diante dos processos em curso e não se reduzir, nos termos de Aquino (2009, p. 156), a “mero braço instrumental” da política social (MIOTO, NOGUEIRA, 2013, P.36).

Os aumentos significativos das entidades privadas na prestação de serviços públicos dificultam ainda mais a autonomia profissional, expondo o profissional a operar na lógica contraditória, pois ao mesmo tempo que se atende a lógica capitalista, que sustentam a existência dessas entidades se colocam diretrizes, parâmetros e emendas a partir da “garantia de direitos sociais” pautadas pelo Estado (MIOTO, NOGUEIRA, 2013, p. 67), da qual dificulta o rompimento da relação de adaptação entre profissão e a política social, se tornando mais distante a autonomia profissional e gerando em sua grande maioria uma intervenção com diretrizes conservadoras.

A especificidade profissional é presente no cotidiano dos profissionais que trabalham no contexto da política social, “Nesse sentido, um projeto profissional crítico vai além da postulação de um quadro de valores, implica na existência de um corpo de conhecimentos que sustente a definição e a execução das ações profissionais (AQUIN, 2009; CAZZANIGA, 2005)”.

O exercício profissional como em sua formação contempla as dimensões teóricas-metodológica, ético-política, técnico-operativa, onde nos permite conhecer a realidade e os fenômenos presentes, a atuação com comprometimento ético e político estabelecido pelo Código de Ética e que não basta ter um conhecimento técnico, mas é importante agregar informações novas “Fundados nos valores democráticos e humanistas da participação política, ou seja: a liberdade, igualdade, a justiça e os valores de cidadania (LOPES, 2011 p. 201)”.

Uma especificidade dada pelo seu objeto de intervenção profissional são as expressões da questão social (IAMAMOTO, 2003), com ações incidindo na articulação de recursos necessários para viabilizar a proteção social de sujeitos singulares ou grupos de sujeitos, usuários das diferentes políticas setoriais (MIOTO, NOGUEIRA, 2013 p. 68).

Estes estudos sustentam a pesquisa de campo a ser realizada para ampliar a compreensão sobre as políticas públicas para o segmento da pessoa em situação de rua.

4. Metodologia da Pesquisa

Admir Fernando foi uma pessoa em situação de rua de Campinas que lutou durante sua vida pelos direitos da população em situação de rua. Usuário da Casa Santa Barbara, na época um serviço de convivência para população em situação de rua ligado a igreja Católica, Admir Fernando era assíduo frequentador das sessões da Câmara Municipal, foi Conselheiro representando os usuários/sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social e no Orçamento Participativo em 2001. No orçamento participativo lutou para a construção de acolhimentos para população em situação de rua. Sua proposta foi aprovada e a prefeitura começou a implantação do projeto na vila Costa e Silva. Contudo o projeto foi paralisado com a morte do prefeito Antônio da Costa Santos, e falecendo em 2005, Admir Fernando não viu seu sonho se tornar realidade.

Em 2009 a prefeitura através de chamamento público faz parceria com a Irmã Vitória de Campinas, que era a entidade responsável pela Casa Santa Barbara que Admir Fernando frequentava, para a execução de um serviço de acolhimento institucional para população em situação de rua na modalidade de acolhimento. Em homenagem ao seu idealizador o projeto recebe seu nome: Casa Admir Fernando, inaugurada em 20 de maio de 2009 com as bênçãos do então Arcebispo de Campinas Dom Bruno Gamberini. Hoje o projeto trabalha tendo como fundamentação metodológica a educação popular de Paulo Freire e a Cultura de Paz instrumentalizada pelas práticas de justiça restaurativa e comunicação não violenta.

O projeto conta com 16 funcionários, sendo um coordenador, um psicólogo, uma assistente social, uma terapeuta ocupacional, oito monitores sociais, dois cozinheiros, um serviços gerais, um motorista e um administrativo e atende 20 usuários por um período que varia de acordo com o projeto de vida de cada usuário,

sendo em média 8 meses. De modo que é mantido por recursos da Entidade Religiosa Irmã Vitória de Campinas, coparticipante da Igreja Católica e pelo convênio via licitação pública para esse serviço..

Os trabalhos são mediados por um Plano de Desenvolvimento do Usuário que é construído junto com ele e organizado em 7 eixos sendo: Acesso aos direitos civis, família, saúde, educação, lazer, trabalho e autonomia institucional. Realiza-se em um intervalo de 15 dias, a Assembleia Geral com todos os moradores da Casa, para o bem-estar do convívio coletivo, participamos de uma Assembleia, durante a pesquisa, onde foram colocadas as seguintes pautas de interesse coletivo:

- Visita de familiares e rede de apoio afetivo aos finais de semana.
- Elaboração do cardápio.
- Mediação dos conflitos ocorrido na casa anteriormente.

Coleta de Dados

A pesquisa foi realizada em dois momentos, sendo o primeiro com os usuários da Casa Admir Fernando a segunda com a Assistente Social da mesma organização.

Entrevista com os usuários

Foram entrevistados no total de cinco usuários, sendo todos do sexo masculino, na faixa etária entre 30 e 45 anos, todos em situação de abrigamento.

Usuário – Amarelo

1. Há quanto tempo se encontra em situação de rua?

R. 11 meses em situação de rua.

2. Frequenta uma unidade de saúde básica?

(x) Sim () Não Qual? UBS Taquaral

3. Frequenta unidade escolar?

(x) Sim () Não

4. Exerce atividade remunerada?

(x) Sim () Não Qual? Curso bolsa remunerada

5. Relate sobre sua história de vida.

O usuário é natural do Paraná, se mudou para o município de Campinas há 9 anos, devido ao uso e abuso de substâncias psicoativas o mesmo encontrou-se em situação de rua. O usuário buscou a assistência social, onde foi referenciado para o acolhimento e atualmente está se organizando.

Usuário – Branco

1. Há quanto tempo se encontra em situação de rua?

R. 7 meses no acolhimento, anteriormente estava 7 meses em situação de rua.

2. Frequenta uma unidade de saúde básica?

() Sim (x) Não

Por que? Não frequenta por opção pessoal, mas é acompanhado pelo CAPS

3. Frequenta unidade escolar?

() Sim (x) Não

Por que? O usuário não gostaria de retornar aos estudos por motivos pessoais.

4. Exerce atividade remunerada?

(x) Sim () Não

5. Relate sobre sua história de vida.

O usuário encontrasse em situação de rua devido algumas situações pontuais em sua família junto com a perda da atividade remunerada, neste período o usuário entrou em depressão e por rompimento de vínculos com os vizinhos o mesmo sentiu a necessidade de sair da casa, onde morava com a mãe, atualmente está se organizando para locar uma casa próximo ao trabalho e ao centro da cidade.

Usuário – Verde

1. Há quanto tempo se encontra em situação de rua?

R. Total de 20 anos, divididos em centros terapêuticos, 7 meses no Acolhimento de Bauru, 2 meses sendo referenciados pelo SAMIM e 9 meses no acolhimento atual.

2. Frequenta uma unidade de saúde básica?

(x) Sim () Não Qual? UBS Taquaral

3. Frequenta unidade escolar?

(x) Sim () Não

Qual? EJA 1º Termo.

4. Exerce atividade remunerada?

(x) Sim () Não Qual? Programa mãos amigos

5. Relate sobre sua história de vida.

O usuário é natural de Campinas, no período de separação entre ele e a esposa o usuário intensificou o uso de substâncias psicoativas que refletiu em sua organização pessoal e convívio com a família, mediante a esta situação o usuário passou a residir nas ruas, sendo referenciado no SAMIM, mas devido a impossibilidade de interromper o uso de substâncias psicoativas foi proibido de frequentar o serviços, após o ocorrido ficou aproximadamente 20 anos andando de cidade em cidade no estado de São Paulo. A caminho do Mato Grosso do Sul, parou em um acolhimento em Bauru para pernoitar e conversou com assistente social, onde foi acolhido por 7 meses e o serviços articulou com o SAMIM para o regresso do usuário para a cidade de Campinas onde foi referenciado por 2 meses na instituição e encaminhado para o Acolhimento que se encontra agora, um desejo

exposto pelo o usuário é a recuperação dos vínculos rompidos com seus familiares no passado, mesmo que ainda tenham contato, os vínculos ainda não foram restabelecidos após a saída do usuário da residência.

Usuário – Azul

1. Há quanto tempo se encontra em situação de rua?

R. 14 anos

2. Frequenta uma unidade de saúde básica?

(x) Sim () Não

Qual? UBS Taquaral e faz acompanhamento no CAPS Reviver

3. Frequenta unidade escolar?

() Sim (x) Não

Por quê? Não tem interesse.

4. Exerce atividade remunerada?

() Sim (x) Não

Observação: No entanto realiza trabalho informal de reciclagem.

Relate sobre sua história de vida.

O usuário saiu de casa há 14 anos, e desde então nunca mais teve contato com ninguém de sua família, no dia da entrevista o usuário estava visivelmente feliz e emocionado, pois havia conversado ao telefone com seus irmãos, o contato foi possível através de uma intervenção do serviço social para localizar por rede social alguns de seus familiares.

Conversou com uma irmã que mora em Cuiabá/MT, e um irmão que reside em Campo Grande/MS, seus irmãos apoiaram para que o usuário possa retornar para casa.

O usuário relatou que levou 9 meses andando para chegar até Campinas, informou ainda que faz uso de substâncias psicoativas.

Usuário – Cinza

1. Há quanto tempo se encontra em situação de rua?

R. 10 anos

2. Frequenta uma unidade de saúde básica?

(x) Sim () Não

Qual? UBS Taquaral

3. Frequenta unidade escolar?

() Sim (x) Não

Por quê? Não tem interesse.

4. Exerce atividade remunerada?

() Sim (x) Não

Observação: No entanto realiza trabalho informal de carga e descarga de alimento.

Amostra dos Dados

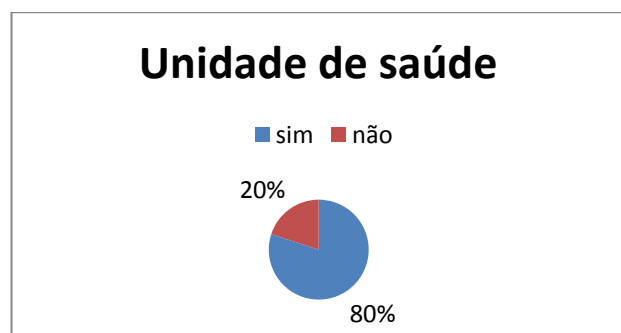


Gráfico 1 – A relação de usuários entrevistados que frequentam uma unidade de saúde.

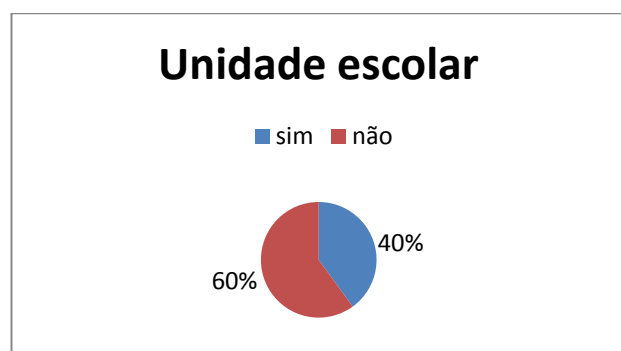


Gráfico 2 – A relação de usuários entrevistados que frequentam uma unidade escolar.

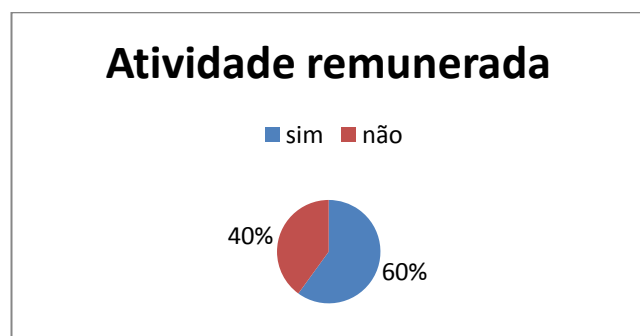


Gráfico 3 – A relação de usuários entrevistados que exercem atividade remunerada.

Os gráficos apresentam as porcentagens dos que estão inseridos e dos que não estão inseridos nas políticas setoriais como saúde e educação e os que exercem atividade remunerada. Como demonstrado, de todos entrevistados, 80% frequenta unidade de saúde básica, 60% exerce uma atividade remunerada, sendo

essa um curso de qualificação remunerado oferecido pelo município e 60% não frequentam unidade escolar, pois não se compreende a necessidade.

1. Entrevista com a Assistente Social

1. Relate sua trajetória profissional

R. Iniciou sua trajetória profissional estagiando no SAMIM e na Infraero durante o período acadêmico. Comunidade Terapêutica Feminina Padre Haroldo por 3 anos e meio, UNISAL até o momento, CPTI Shalon por dois meses, Instituição Casa Admir Fernando até o momento.

2. Quanto tempo de atuação na instituição atual?

R. Trabalha na instituição a 3 anos e 2 meses.

3. Descreva a atuação profissional do serviço social na instituição, seus instrumentos e a atuação interdisciplinar.

R. Abordagem nas ruas é realizado pelo SOS Rua, que referencia os usuários para outras instituições a partir da “Reunião de Fluxo” realizado quinzenalmente com as instituições de Proteção Social Especial de média e alta complexidade de acolhimento de pessoas em situação de rua, realizando análise dos usuários para referenciar a cada instituição proporcional as vagas disponíveis. O acolhimento é realizado com um técnico da Casa de Passagem, o usuário e o técnico da instituição referenciada, dando início a construção do PDU – Plano de Desenvolvimento do Usuário visando a garantia de direitos e emancipação dos usuários. O serviço social está presente em todas as intervenções, sendo elas: acolhimento, escuta qualificada, reunião de quarto, Assembleia, Resolução de Conflitos e há um trabalho interdisciplinar em todas elas. O serviço social atua em supervisão com os monitores.

Instrumentos: PDU – Plano de Desenvolvimento do Usuário, PDM – Plano de Desenvolvimento do morador, Anamnese, relatório para equipe.

4. Como é a articulação na rede do município para garantir os direitos dos usuários?

R. A articulação na rede é um trabalho específico do serviço social devido ao amplo conhecimento das políticas públicas. Realizando a articulação com saúde, educação e assistência social para atender as demandas dos usuários.

5. Como é articulação da instituição no cuidado dos usuários que fazem uso de substâncias psicoativas?

R. O uso de SPA não é o fato predominante para a estadia, tendo em vista que seu consumo não ocorre no espaço institucional e desde que não comprometa sua organização pessoal e o convívio no espaço, caso contrário à instituição encaminha para se desenvolver um trabalho terapêutico dentro da saúde.

A partir da pesquisa realizada e dos referências bibliográficos realizaremos a seguir uma análise de enfrentamento das intervenções realizadas na Instituição Admir Fernando diante do que preconiza nas políticas públicas para esse segmento.

Análise dos Dados

A gestão do município de Campinas não oferta serviços de abrigamento para a população em situação de rua, no entanto por meio de licitações públicas o serviço é intermediado pela sociedade civil, como o caso da Casa Admir Fernando.

De acordo com pesquisas bibliográficas e de campo foi possível analisar que o serviço oferecido pela sociedade civil para a população em situação de rua no município de Campinas segue as diretrizes conforme preconiza a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, sendo seus princípios:

I – Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; II – Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; III – Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade; IV – Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória; V – Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua (BRASIL, 2008).

A Casa Admir Fernando é acessível a população do gênero masculino independente de sua orientação sexual, garantindo acesso as políticas de educação, saúde e habitação e ofertando a inserção no mercado de trabalho, a moradia temporária e a segurança alimentar e nutricional. Visando a autonomia do sujeito social e a emancipação humana, na lógica de garantia de direitos e fortalecimentos dos vínculos rompidos.

O serviço realiza articulação com Políticas Setoriais mediante a escolha do usuário em acessa-la, “oferta regular de educação de jovens e adultos, especialmente no que se refere a alfabetização, com facilitação de ingresso em sala de aula em qualquer época do ano. (BRASIL, 2008), de acordo com os dados levantados nas pesquisas, os usuários acessam a educação na modalidade EJA, sem a exposição a situações vexatórias.

Fortalecimento das ações de promoção à saúde, a atenção básica, com ênfase no Programa Saúde da Família sem Domicílio, incluindo prevenção e tratamento de doenças com alta incidência junto a essa população, com doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, tuberculose, hanseníase, hipertensão arterial, problemas dermatológicos, entre outras; 3. Fortalecimento das ações de atenção à saúde mental das pessoas em situação de rua, em especial aqueles com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas, facilitando a locação e o acesso aos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS I, II, III e AD) (BRASIL, 2008).

O Centro de Saúde referenciado promove atendimento sistemático no âmbito de prevenção de doenças infectocontagiosas e realizam encaminhamentos, quando necessário, para os Centros de Atendimento Psicossocial, que como aponta em pesquisas, mais da metade dos entrevistados são referenciados.

O município de Campinas oferece cursos de qualificação e capacitação profissional para os usuários, sendo remunerado e custeando as despesas de transporte até o local do curso “Promoção de capacitação, qualificação e requalificação profissional da população em situação de rua (BRASIL, 2008)”.

A Casa Admir Fernando possui estrutura física para o suporte e acolhimentos dos usuários, disponibilizando de moveis e utensílios necessários, como também com uma equipe de limpeza, ajudante geral e cozinheiros. Os moradores participam da escolha do cardápio, sendo respeitados individualmente e seguindo as diretrizes nutricionais.

Estruturação da rede de acolhida, de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua, reordenando práticas homogeneizadoras, massificadora e segregacionistas na oferta dos serviços, especialmente o albergues (BRASIL, 2008).

São realizadas mediações em seus atendimentos individuais para a conscientização e responsabilização de usuários que fazem uso de substâncias psicoativas, quando se vê necessário é encaminhado para o CAPS Ad afim de que se possam realizar atendimentos efetivos com os usuários.

Existem diversas críticas em relação ao Terceiro Setor no Brasil, não podemos deixar de negar que de fato é a precarização do Estado, terceirizando as Políticas Públicas, se caracterizando com um projeto societário neoliberal, porém devido a esta crítica, não podemos desmerecer os serviços realizados dentro desta modalidade, a Casa Admir Fernando é permeada de muita luta e militancia, mas é consolidada devido a Igreja Católica, muito presente na política de Assistência Social.

A história do Serviço Social intrinsecamente ligada com a Igreja Católica, no início sendo caracterizado pelo assistencialismo e o conservadorismo, visando o preparo da grande massa operária para o capital industrial, a partir da década de 1960 se inicia o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, “O objeto do Serviço Social. De uma perspectiva histórica, passa a discussão das relações de poder e saber, aprofundando o olhar crítico do contexto em mudança” (PELLIER, 2008, p. 28), embasado na dialética marxista, conceituado com as dimensões ético-política, teórico-metodológico e técnico-operativo. Paralelo a estes movimentos, no Brasil se Consolidava a Constituição Federal de 1988, garantindo os direitos de Políticas Públicas sendo ofertadas pelo Estado.

Como a defasagem dos serviços públicos, a sociedade civil jávinha assumindo a responsabilidade no atendimento a população violada em seus direitos, devido ao período conservador anterior, o Estado iniciou as parcerias entre ambas, caracterizando-as como instituições do Terceiro Setor, com benefícios de baixas taxas de impostos, hoje Organizações da Sociedade Civil.

A Igreja Católica por sua vez, não deixou de realizar seus serviços comunitários, se consolidando cada vez mais em suas ações de acordo com o que se preconiza as Políticas Públicas, como a Casa Admir Fernando. Sendo mantida financeiramente pela Igreja Católica, possui um trabalho na lógica de garantia de direitos e visa à emancipação humana, ofertando um serviço laico, onde o profissional de Serviço Social possui autonomia relativa para suas mediações e articulações.

Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código (BRASIL, 1993).

O profissional de Serviço Social na Casa Admir Fernando, realiza mediações seguindo as diretrizes do Código de Ética do Serviço Social, garantindo a sua liberdade religiosa, ainda que dentro de uma instituição católica, abordando sobre todas as temáticas e demandas levantadas pelos usuários, ainda que contrário aos valores da Igreja Católica, sem impor valores pessoais ou institucionais, mas trabalhando dentro dos desejos e decisões dos usuários.

As Assembleias realizadas quinzenalmente na casa também são espaços onde os usuários decidem assuntos institucionais, pois a regulamentação da Casa conta com a participação dos usuários para todos os

processos, desde a contratação dos funcionários até as avaliações anuais institucionais, “Contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais (BRASIL, 1993)”.

As mediações são realizadas em conjunto com os profissionais, sendo eles um psicólogo, uma terapeuta ocupacional e uma assistente social, partindo das discussões de casos e reuniões interdisciplinares, todas as ações são realizadas de forma interdisciplinar contribuindo para a autonomia dos usuários.

São realizadas as “reuniões de quartos” todas as quartas-feiras com o objetivo de mediar conflitos entre os moradores da casa para melhor convívio social, o acolhimento acontece com a presença da equipe técnica da Casa Admir Fernando e o técnico da instituição referenciada, as assembleias acontecem quinzenalmente no período noturno com o apoio de um técnico de forma que todos os usuários da Casa Admir Fernando tem total poder de fala para contribuir na construção de ações cotidianas da casa.

“Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário (BRASIL, 1993)” os atendimentos individuais realizados pela equipe são sigilosos, sendo compartilhado e prescritos nos prontuários o que os usuários permitem.

Especificamente as articulações com a Rede socioassistencial e intersetorial é atribuição privativa do Serviço Social devido ao amplo conhecimento das Políticas Públicas, “Para a efetivação da assistência Social como política pública, contudo, é imprescindível sua integração e articulação à seguridade social e às demais políticas sociais (BRASIL, 2011). As “Reuniões de fluxos” que ocorrem quinzenalmente são realizadas com o apoio da Rede Socioassistencial de Proteção Especial de média e alta complexidade.

...com isto, hoje membros das ONGs não são mais considerados como “funcionários”, mas como os próprios “militantes”- que vieram quase que a ocupar o lugar do membro da organização popular, esta sem recursos, relativamente desmobilizada, com menos adeptos etc. Ser “militantes” era tarefas dos membros sociais (desde sindicatos, movimentos comunitários, insurrecionais, do cooperativismo, associações categorias etc) além dos partidos políticos. Hoje as ONGs congregam uma massa tão vasta de voluntários, recrutando muitas vezes os próprios sujeitos portadores de carências, que estes passam a ser vistos, não sem certa razão, como “militantes” (MONTAÑO, 2013, p. 272).

A Casa Admir Fernando se consolidou a partir de muitas lutas da População em Situação de Rua, situada no Município de Campinas devido à falta de Serviços Público de moradia, sendo Admir Fernando o seu principal protagonista, com o projeto embargado pela prefeitura devido a nova gestão pública do município, onde as ações eram higienista e excludente para a população em situação de rua. Em 2009, a prefeitura fez um chamamento público para que a Instituição Irmã Vitória pudesse dar continuidade com projeto, revelando o papel importante do Terceiro Setor nessa luta.

Ao realizar o Projeto de Pesquisa onde existem as hipóteses, viabilizávamos a entrevista de campo em outro espaço sócio ocupacional, devido a dificuldade apresentada por parte da equipe técnica do local, realizamos a pesquisa de campo no serviço de proteção social de alta complexidade, Admir Fernando. Sendo assim não foi possível analisarmos a primeira hipótese levantada.

Foi possível identificar que são executadas as diretrizes do SUAS, possibilitando a emancipação da pessoa em situação de rua, reordenando os serviços públicos e privados ofertados para esse segmento. Confirmamos assim a terceira hipótese a partir da historicidade da instituição combatendo o conservadorismo e

a caráter higienista presente no município e a intervenção do serviço social na instituição garantindo os direitos dos usuários visando a emancipação humana.

O objetivo geral do trabalho foi contemplado através da pesquisa de campo, no qual a partir da pesquisa pudemos compreender no viés da organização da sociedade civil a execução, implantação e implementação das políticas públicas, que se tornou enriquecedor à pesquisa. Onde a partir da intervenção profissional conhecemos os desafios enfrentados pelo serviço social, sobre tudo nas articulações e no trabalho interdisciplinar efetivo ofertando serviço de qualidade que propicia a emancipação do usuário.

Infelizmente não pudemos nos desdobrar diante do objetivo exploratório devido ao nosso curto prazo de pesquisa, não fortalecemos os vínculos com os usuários a ponto de que nos relatasse sua história de vida, podendo somente explorar a história de Admir Fernando, o militante pelas efetivações das políticas públicas no município de Campinas, que lutou contra as ações higienistas e em prol da visibilidade dessa população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pouco se tem publicado sobre a população em situação de rua da fase adulta no âmbito do Serviço Social, sendo uma área para grande exploração acadêmica, portanto nos interessamos neste tema, apesar dos desafios que sabíamos que iríamos enfrentar.

Desafios esses que foram difíceis de superar, como a dificuldade de realizar a pesquisa de campo no serviço público oferecido no município de Campinas, tendo em vista que por questões éticas e burocráticas não nos foi possível concluir a pesquisa dentro do poder público, porém nos surpreendemos com os resultados da pesquisa realizada em organização da sociedade civil.

Pudemos nos apropriar de assuntos que não cogitavam para nossa pesquisa e desvendar uma jornada inesperada. As relevâncias do papel da Igreja Católica na política pública, na profissão de Serviço Social, as militâncias da população em situação em rua, as lutas e enfrentamentos do serviço social para a garantia de direitos, as precarizações do Estado que contrapõe com as organizações da sociedade civil, por fim a efetividade da pesquisa nos trouxe um enriquecimento acadêmico que nos acompanhará na caminhada profissional.

Portanto, desconstruímos os nossos conceitos da ação profissional no terceiro setor na proteção social especial de alta complexidade, reconstruindo com novos conceitos e visões que obtivemos a partir dessa pesquisa realizada, as organizações civis são protagonistas dos movimentos sociais, são espaços sócio ocupacionais onde o profissional possui autonomia relativa para suas ações e pode realizar suas mediações na garantia de direitos, embasado nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, visando à emancipação humana.

Enfim, em meio a tantas críticas dialéticas públicas e discutidas que desfavorecem o Terceiro Setor – fruto da Organização da Sociedade Civil tem um comprometimento inegável, além de desenvolver um trabalho de qualidade enquanto segue as orientações da política, implementa e avança na lógica da proteção social e garantia de direitos dessa população, e apontar que se o município de Campinas/SP oferece esse trabalho precisamos reconhecer o papel de extrema importância que o terceiro setor ocupa dentro do município.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto nº 7.053. Política Nacional para a População em Situação de Rua, 2009. **CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL**. Código de ética do/a assistente social, Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. rev. atual. Brasília: Conselho Federal do Serviço Social, 2012.

BRASIL. CFESS. O trabalho do/a assistente social no SUAS/ Gestão atitude crítica para avançar na luta. Brasília: CFESS, 2011.

BRASIL, Política Nacional de Assistência Social. MDS, 2004.

BRASIL, Sistema Único da Assistência Social. MDS, 2005.

DIAS, C. J. M.; CONDEIXA, D. G; SALDANHA, Edgar; População de Rua: Quem é, como vive, como é vista. Editora Hucitec, São Paulo 1992.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção Social e Seguridade Social no Brasil: Pauta para o trabalho do assistente social, serv. Soc. Soc., São Paulo, nº 116, p. 652-674. Out/dez. 2013.